



O BICENTENÁRIO DA ESQUADRA E O CORPO DE INTENDENTES DA MARINHA

Atividades de contabilidade e finanças no desenvolvimento do Poder Naval brasileiro

Mauro Tavares dos Santos Junior *1

Marcelo Vallim Filgueiras *2

Durante muitos anos, disseminou-se no imaginário nacional o mito de que a Independência do Brasil tenha ocorrido de maneira pacífica, sem o derramamento de sangue. A História mostra, entretanto, um contexto diferente: os acontecimentos de 7 de setembro de 1822, na verdade, desencadearam uma sucessão de conflitos entre forças portuguesas e brasileiras que se estende-



Nau "Pedro I", primeiro capitânia da Esquadra Imperial pintado por Eduardo Martino

Acervo: Museu Naval

ram até 1824, deixando um saldo de milhares de mortos. A participação da recém-criada Esquadra Brasileira foi primordial no desenrolar do processo de independência, ajudando a disseminar a notícia para os diversos pontos do Império e assegurando a unidade territorial da nova nação. Acompanhando o Poder Naval brasileiro desde o seu nascimento, a Intendência da Marinha contribuiu sobremaneira na superação dos desafios iniciais da jovem esquadra imperial, batizada sob o fogo da batalha contra os portugueses.

O principal desafio nos primeiros meses após a declaração de independência era instituir a autoridade do novo governo em todo o País. Embora a região do centro-sul tenha aderido prontamente à causa da independência, persistiam focos de resistência portuguesa nas províncias do Maranhão, Pará, Cisplatina e, principalmente, na Bahia, reforçando os riscos de fragmentação territorial. No Brasil desta época, as estradas eram poucas e precárias, e as linhas de comunicação marítimas, que conectavam os centros urbanos dispostos pelo extenso litoral, mostravam-se fundamentais para a administração do País. Recairia sobre a Marinha a grande responsabilidade de anunciar o rompimento com Portugal e assegurar a união territorial do Império.

O início da Marinha do Brasil (MB) ocorreu pela incorporação dos navios portugueses, que se encontravam no Rio de Janeiro, e pela assimilação de navios em construção no Arsenal da Corte. Esta esquadra híbrida, permeada pela doutrina e tradições lusitanas e ainda tripulada por muitos portugueses, teve seu evento precursor em 10 de novembro de 1822, quando a Nau “Martim de Freitas”, rebatizada de “Pedro I”, teve a bandeira imperial içada pela primeira vez, suspendendo em seguida rumo à Cisplatina para combater os portugueses como o primeiro navio Capitânia da Esquadra.

O nascimento da Esquadra deu-se, portanto, sob circunstâncias bastante desfavoráveis, marcado pela escassez de meios materiais, humanos e financeiros e pela iminência de um conflito que poderia, se prolongado, culminar no desmembramento precoce da nova nação. Diante dessas adversidades, a atuação da Intendência da Marinha na administração financeira foi decisiva, possibilitando a aquisição de suprimentos e munição, a contratação de pessoal estrangeiro e a aquisição de novos navios e prontificação dos meios em reparo. O resultado desses e de outros esforços permitiram à Marinha Imperial efetuar as ações de transporte de

tropas e bloqueio marítimo que culminaram na ruptura das linhas de abastecimento portuguesas e impediram o envio de reforços às áreas de resistência.

Embora a Esquadra Brasileira tenha nascido em 1822, as atividades da Intendência da Marinha são bem mais antigas: remontam a 1770, quando o Rei Dom José I e o Secretário de Estado Dom Sebastião José Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, assinaram, em Lisboa, o Alvará Régio instituindo o cargo de “Intendente da Marinha e Armazéns Reais” e, conseqüentemente, lançaram a pedra fundamental do Serviço de Intendência Naval. Em seus primórdios, cabia ao intendente cuidar das receitas da Coroa e do patrimônio da Marinha portuguesa no Brasil, coordenando atividades diversas, que iam desde a fiscalização da exploração de madeira à administração dos hospitais militares da colônia.

O vínculo entre os intendentess e a Esquadra seria reforçado com a instituição, em 1797, do cargo de Comissário, com a responsabilidade de conduzir a arrecadação e controlar as despesas relacionadas aos gêneros alimentícios dos navios de guerra, dentre outras atribuições de natureza contábil e financeira. A criação dos Comissários é um marco da estruturação da Intendência da Marinha por representar o início do efetivo embarque dos intendentess a bordo dos navios da Esquadra.

Tendo dado seus primeiros passos com a independência, a Esquadra Brasileira foi, durante todo o Império, peça fundamental na política externa nacional, sendo empregada em prol dos interesses do Brasil em diversas ocasiões, como na Guerra da Cisplatina (1825-1828) e na Guerra contra Oribe e Rosas (1850-1852). Seu maior desafio, entretanto, se deu em 1864, quando forças paraguaias do ditador Solano López invadiram o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul, dando início à Guerra da Tríplice Aliança ou, como mais conhecida, Guerra do Paraguai (1864-1870). Este conflito, considerado o maior da América do Sul, opôs o Paraguai a uma coalizção composta por Brasil, Argentina e Uruguai e, ao longo de cinco anos de combate, deixou centenas de milhares de baixas, marcando profundamente a trajetória das nações envolvidas.

As ações navais foram extremamente importantes na definição dos rumos do conflito: os rios eram as principais vias de comunicação da região e as embarcações precisavam transportar os suprimentos para as tropas, o carvão para servir como combustível dos próprios navios e, muitas vezes, soldados, cavalos e armamento.

No início da guerra, a Argentina detinha uma Marinha bastante diminuta, fazendo com que o esforço naval fosse quase totalmente brasileiro.

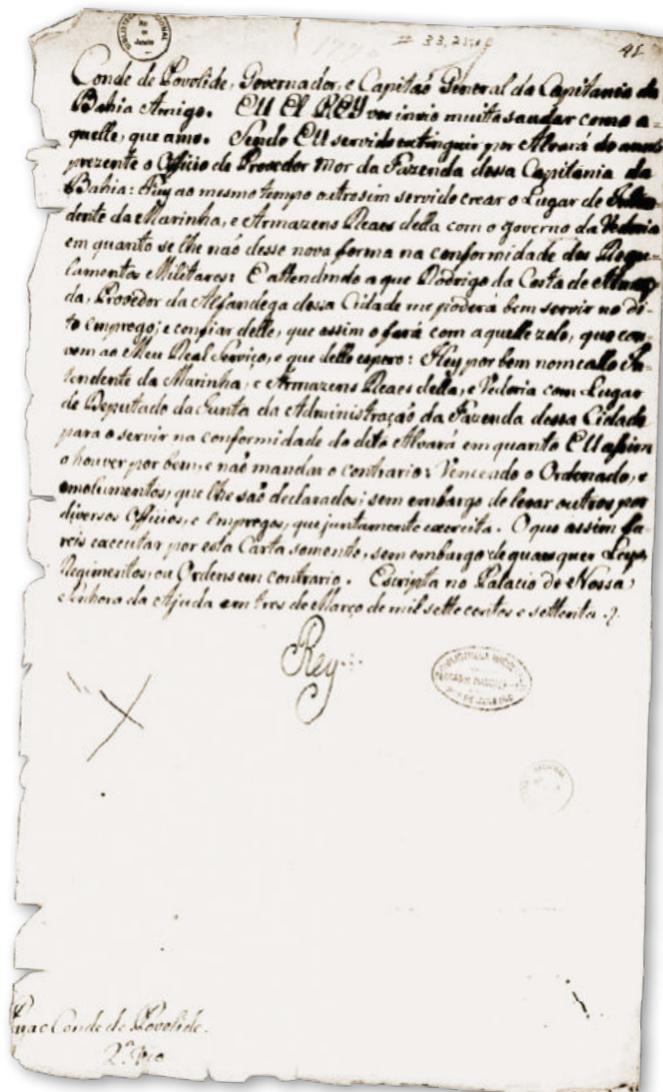
A Intendência da Marinha, à época da eclosão do conflito, já havia mudado bastante em relação ao período colonial e as atribuições dos intendententes tinham se ampliado, contemplando a “fiscalização e administração das receitas, despesas e arrecadação; e toda a contabilidade, além da aplicação das somas previstas na lei de orçamento”.

Encarregada de suprir as forças navais brasileiras, a Intendência da Marinha deparou-se, neste conflito, com circunstâncias logísticas especialmente desafiadoras: combates prolongados; longas distâncias para os locais de abastecimento; atuação em terreno ocupado pelo inimigo e de reduzida mobilidade por terra tornavam o abastecimento da Esquadra perigoso e difícil. As vias fluviais possuíam problemas de navegabilidade, com muitos bancos de areia, sendo necessário, muitas vezes, recorrer à utilização de práticos estrangeiros, o que reduzia a agilidade do atendimento das demandas dos navios na área de operações.

Os desafios logísticos demandaram a criação de um órgão específico para organizar a ação da intendência na zona de conflito. Assim nasceu a Repartição Fiscal e Pagadoria da Marinha: sediada primeiramente em Buenos Aires, e posteriormente, em Montevidéu, essa Repartição desempenhou a função de braço avançado da intendência na área de combate, centralizando a fiscalização das despesas, a obtenção e fornecimento de material e a realização dos pagamentos à Esquadra em guerra.

Dentre as muitas tarefas desempenhadas pela Repartição Fiscal e Pagadoria, destacam-se, no tocante às atividades contábeis e financeiras, a remessa regular de recursos para o pagamento dos soldos e vencimentos do pessoal da Esquadra e o ajuste das contas dos oficiais e praças da Armada que se retiravam para a Corte, ambas importantes para a manutenção do moral das tropas. Em relação à aquisição de gêneros, a capacidade dos intendententes em negociar contratos junto aos fornecedores e evitar a cobrança de preços abusivos, num ambiente de elevada especulação comercial decorrente do prolongamento do conflito, foi fundamental para evitar o desabastecimento da Esquadra.

Após a efervescência das campanhas militares do século 19, a Marinha registrou um breve período de relativa tranquilidade nos anos posteriores, interrompido pela participação da Esquadra, por meio da Divisão Naval de



Operações de Guerra (DNOG), na 1ª Guerra Mundial (1ª GM). Contando com dois cruzadores, quatro contratorpedeiros, um tender e um rebocador, a DNOG suspendeu em agosto de 1918 rumo a Gibraltar, com a missão de patrulhar o Atlântico Sul em apoio ao esforço de guerra aliado. Em sua valorosa participação, a Esquadra Brasileira teve de enfrentar, além da ameaça submarina alemã, a devastadora Gripe Espanhola, que vitimou cerca de 180 combatentes. A atuação da intendência na prontificação dos navios designados para a DNOG foi marcada pelas dificuldades na aquisição de suprimentos, em especial o carvão que movia os navios a vapor, numa época em que o Brasil era bastante dependente de fornecedores estrangeiros.

Carta régia manuscrita comunicando a nomeação de Rodrigo de Almeida da Costa para o cargo de Intendente da Marinha e Armazéns Gerais

Duas décadas depois do fim da 1ª GM, o mundo mergulhava em um novo conflito global, com o início da 2ª Guerra Mundial (2ª GM). Com a entrada do Brasil na guerra, nossa Marinha foi novamente acionada, atuando com sucesso na proteção do tráfego marítimo e na escolta do transporte das tropas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) até Gibraltar. Também nesta ocasião, o trabalho e empenho dos intendentess se fizeram presentes, adquirindo os suprimentos e recursos necessários para as ações navais exitosas da Esquadra.

Ao longo do século 20, a Esquadra modernizou-se e passou por profundas transformações, buscando manter-se em condições de contrapor-se às novas ameaças, cada vez mais complexas e difusas. Esta nova Esquadra, com novos meios, tecnologias e desafios demandava o desenvolvimento de novos processos de apoio, impondo aos intendentess a necessidade de contínuo aprimoramento e capacitação.

Para manter-se firme em seu propósito de apoiar esta Marinha em constante evolução, a intendência empenhou-se em acompanhar o desenvolvimento das ciências do campo da administração, expandindo sua atuação, antes bastante focada no abastecimento nos navios e unidades operativas, a outras áreas de conhecimento, como a gestão orçamentária; contabilidade; controle interno; economia; finanças; e gestão do patrimônio imobiliário.

Uma das realizações da intendência neste esforço de aprimoramento contínuo foi a criação, em 1963, do Sistema do Plano Diretor (SPD). Inspirado na experiência do “Planning, Programming and Budgeting System” (PPBS), introduzido do Departamento de Defesa dos Estados Unidos em 1961, o SPD foi concebido com o propósito de racionalizar o planejamento orçamentário da Marinha utilizando, de maneira inovadora no Brasil, o conceito de orçamento-programa.

Em meados da década de 1960, a prática or-

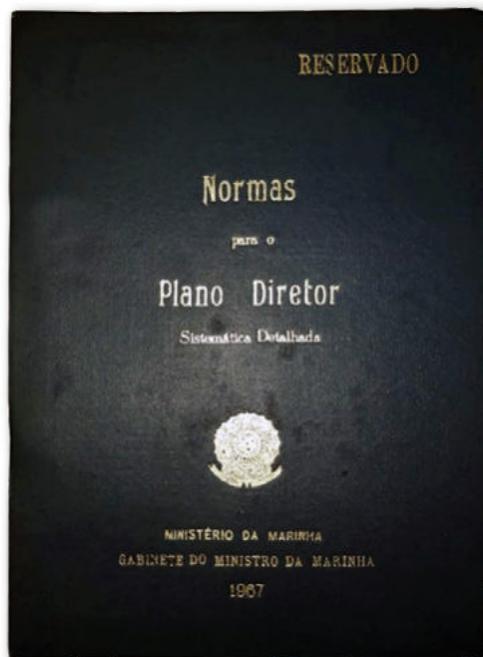
çamentária vigente apontava para a aplicação do orçamento por item de despesa, técnica que não permitia uma clara associação entre a alocação dos recursos e os objetivos e prioridades institucionais. A histórica escassez de recursos orçamentários já se fazia presente, e as dificuldades no planejamento orçamentário faziam com que os recursos disponíveis acabassem não atendendo às reais necessidades, gerando impactos negativos para a Marinha. A instituição do SPD representou um avanço na gestão da MB, dotando-a de uma metodologia capaz de conciliar as necessidades da Esquadra à realidade orçamentária.

As iniciativas da intendência na busca pelo melhor serviço à Esquadra também se estenderam ao campo da contabilidade: foi objetivando o aprimoramento das atividades contábeis na Força que os intendentess desenvolveram, em meados da década de 1980, o Sistema de Informações de Finanças da Marinha (SISFIN), que possuía a capacidade de registrar, em meio magnético, os fatos contábeis da Marinha em um Plano de Contas padronizado, permitindo a identificação de saldos em várias contas orçamentárias e financeiras por meio de relatórios. O sucesso desta iniciativa, pioneira em nosso país, foi

a fonte para o desenvolvimento do

Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), considerado hoje a principal ferramenta de contabilidade, orçamento e finanças da administração pública brasileira.

Peça fundamental no desenvolvimento da Esquadra desde seu nascimento, a Intendência da Marinha alcança o século 21 reafirmando seu compromisso em prestar o melhor serviço à Marinha. O capítulo mais recente do valioso apoio dos intendentess ao Poder Naval foi o papel relevante desempenhado na estruturação orçamentário-financeira do Programa de Submarinos (PROSUB) e do Programa das Fragatas Classe “Tamandaré”, ambos considerados estratégicos para a Marinha. Na concepção do PROSUB, fruto de complexa parceria



Normas para o Plano Diretor



O Edifício Almirante Gastão Motta, localizado no Rio de Janeiro, abriga as principais Diretorias Especializadas da área de Intendência da Marinha

com a França, a intendência logrou êxito frente ao desafio de viabilizar o contrato de financiamento externo do programa, em montante de cerca de quatro bilhões de euros, exigência do governo francês para celebração do contrato comercial. No Programa das Fragatas Classe “Tamandaré”, a atuação da intendência deu-se na formulação e negociação da capitalização da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EM-GEPRON), modelo de negócios inovador que garantiu os recursos necessários para a execução do projeto.

Sem a Esquadra, o Brasil como o conhecemos não existiria. A História mostra que não foram poucas as ocasiões em que o Poder Naval brasileiro teve de ser empregado na defesa do território e dos interesses que culminaram na formação do nosso país. Em todas estas ocasiões, a Intendência da Marinha esteve presente, desenvolvendo atividades de apoio que criaram as condições necessárias para o pleno emprego da Esquadra.

Em sua atual configuração, a Marinha exerce a função atribuída ao Poder Naval em tempo de paz, funcionando como elemento de dissuasão ao impor elevados sacrifícios a eventuais opções militares de adversários em potencial. Esse papel, fundamental no respaldo à condução da política do governo, pode ser ampliado no futuro, por alterações na conjuntura internacional, demandando que a Esquadra seja novamente acionada em defesa dos interesses nacionais.

Sejam quais forem os desafios ou o papel re-

servado à Esquadra no futuro, o certo é que a intendência marchará ao lado do Poder Naval, mantendo os esforços de aprimoramento contínuo que permitam fazer valer seu tradicional lema – “prestar o melhor serviço à Marinha”. ■

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Corpo de Intendentes da Marinha. História da Intendência da Marinha: do ingresso da 1ª Turma de Intendentes na Escola Naval aos dias atuais – Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2014.
- BITTENCOURT, Armando de Senna. A Marinha e o bicentenário da Independência. Revista Marítima Brasileira, v. 138, n. 07/09, p. 42-42, 2018.
- BITTENCOURT, Armando de Senna. Introdução à história marítima brasileira. Serviço de Documentação da Marinha, Rio de Janeiro, 2006.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. 250 anos – Intendência da Marinha: da vela à propulsão nuclear – Rio de Janeiro: FGV, 2020.
- LEIVAS, Luís Cláudio Pereira; SCARVADA, Levy. História da Intendência da Marinha. Vol. I: Introdução (1500-1800). Rio de Janeiro: Diretoria de Intendência da Marinha, Ministério da Marinha, 1972.
- MOITREL, Mônica Hartz Oliveira. A logística naval na Marinha Imperial durante a guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010 (Dissertação de Mestrado em História).

*1 Capitão de Corveta (IM), Encarregado da Divisão de Controle de Custos (DFM-72) da Diretoria de Finanças da Marinha

*2 Capitão de Fragata (IM), Chefe do Departamento de Gestão de Custos da Diretoria de Finanças da Marinha